



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 13

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 17 DE JUNHO DE 2020

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | 3 |
| ORDEM DO DIA | 18 |
| 1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA | 18 |
| 2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES | 19 |
| 3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO: | |
| 3.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2019 | 19 |
| 3.2 REPARTIÇÃO DO FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (FEF) PARA O ANO DE 2021 | 33 |
| 3.3 REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2020 – 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) DE 2020..... | 34 |
| 3.4 REDUÇÃO DO TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E RECOLHA DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS NO CONCELHO DE ALCOCHETE..... | 35 |
| 3.5 APOIO DE TESOUREARIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO EXTRAORDINÁRIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – FORCADOS AMADORES DE ALCOCHETE | 41 |
| 3.6 APOIO DE TESOUREARIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO EXTRAORDINÁRIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – APOSENTO DO BARRETE VERDE | 42 |
| 3.7 APOIO DE TESOUREARIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO EXTRAORDINÁRIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – NÚCLEO SPORTINGUISTA DO CONCELHO DE ALCOCHETE | 43 |
| 3.8 PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO SAMOUÇO | 44 |
| 3.9 PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA E REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA 5 DE OUTUBRO E CANTO DO PINHEIRO (TROÇO DO PERCURSO 1 DA REDE CICLÁVEL) – VERSÃO FINAL | 45 |
| 3.10 REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1 N.º 2 DO VALBOM – PROC.º I-23/18 - PRAZO DE EXECUÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E PEDIDO DE REPOSIÇÃO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO | 45 |
| 4. APOIOS FINANCEIROS..... | 47 |
| 5. INFORMAÇÕES | 48 |
| ENCERRAMENTO | 49 |

Aos dezassete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, nesta vila de Alcochete e na Biblioteca Municipal de Alcochete, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, reunião não pública, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente referiu que a presente reunião foi antecipada para o presente dia (inicialmente agendada para o dia 24 de junho), por forma a ser possível em tempo útil apresentar, discutir e votar a Prestação de Contas e Relatório de Gestão inerentes ao ano de 2019 e ainda outros documentos que deverão ser submetidos à assembleia municipal que se realizará no dia 27 do presente mês pelas 14h30, no Fórum Cultural de Alcochete, cumprindo assim escrupulosamente as diretrizes emanadas pela DGS. A presente reunião também cumpre as regras daí, ser encerrada ao público.

Seguidamente, informou que os resultados dos testes efetuados aos funcionários dos lares que se encontram em situação de irregularidade, testaram todos negativos.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que, na sequência da interpelação efetuada por alguns munícipes, enviou no passado dia 3 de junho, três *e-mails*, solicitando que lhe sejam enviadas as respostas às questões apresentadas, no sentido de dar o devido retorno aos interessados. Os referidos *e-mails* prendem-se com:

- Preocupação de uma munícipe residente na rua da Bracieira, sobre a circulação de pessoas com mobilidade reduzida e em cadeiras de rodas, na nova

requalificação, solicitando por isso, informação, no sentido de saber se foi prestada a devida atenção ao mesmo, salientando que não está em causa se o projeto é proveniente do anterior ou do presente executivo, mas sim em causa, a possibilidade de ainda se proceder a algumas correções, apesar de acreditar que seja complicado nesta fase da obra;

- Se o canídeo que desapareceu do CMRC, já apareceu, apesar de presumir que tal não aconteceu.
- Limpeza da vala em S. Francisco, solicitando informação sobre se a mesma já foi limpa ou não e se existe previsão para a limpeza da mesma.

O senhor presidente, relativamente aos *e-mails* recebidos, informou que essa correspondência é registada no Sistema de Gestão de Correspondência (SGD), sendo que por vezes, os *e-mails* são recebidos num dia e só ao fim de 2 ou 3 dias é que chegam aos respetivos destinatários, levando a que nem sempre sejam lidos no dia em que são recebidos. Salientou que a semana anterior foi extremamente reduzida, com dois feriados, pelo que alguns dos funcionários da autarquia aproveitaram para tirar algum dia ou outro de férias, ficando, por isso, os serviços um pouco mais limitados.

Mais referiu, que é dada resposta a toda a correspondência e que os senhores vereadores responderão logo que tenham condições para o fazer.

Relativamente à questão da rua da Braciera, mencionou que só no presente dia teve conhecimento da mesma. Após a sua leitura, reencaminhou-a para o gabinete de apoio ao senhor vereador Pedro Lavrado, no sentido deste, conjuntamente com o Eng.º Vítor Carvalheira, aferir as questões que são afirmadas e verificar da viabilidade de se proceder a alguma alteração, porém, e também como aludido pelo senhor vereador Jorge Giro, trata-se de um projeto que está em franco desenvolvimento, que assenta numa candidatura e que, naturalmente, na parte final do projeto, já muito dificilmente haverá oportunidade de se proceder a qualquer alteração.

O senhor vereador Vasco Pinto, por solicitação do senhor presidente, em relação à questão do roubo do canídeo, informou que a situação tem sido acompanhada junto

da G.N.R. Na passada sexta-feira foi estabelecido contacto telefónico com esta entidade, mas esta ainda não tem qualquer indício da localização do animal, pelo que, de momento não existe mais informação para partilhar, além da que foi enunciada na última reunião de Câmara.

O senhor vereador Pedro Lavrado, por solicitação do senhor presidente, relativamente à limpeza da vala de S. Francisco, informou que a limpeza ainda não foi efetuada, mas já se encontra agendada, porém não sabe precisar a data em que serão executados os trabalhos.

Seguidamente, o senhor vereador Vasco Pinto apresentou a seguinte Moção, pela defesa do Património Cultural de Portugal:

«Em 1972 a UNESCO propôs, na sua Assembleia Geral, a convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, que reclama para o património cultural um valor universal excecional, afirmando que cultura e a natureza eram indissociáveis.

Mais recentemente, em outubro de 2013, foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial no decurso da 32.ª Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Esta convenção em vigor desde abril de 2006 concretiza os seguintes objetivos:

- a) A salvaguarda do património cultural imaterial;
- b) O respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos;
- c) A sensibilização, a nível local, nacional e internacional, para a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo;
- d) A cooperação e o auxílio internacionais, no quadro de um mundo cada vez mais globalizado que ameaça uniformizar as culturas aumentando simultaneamente as desigualdades sociais.

Afirmando-se assim, como um instrumento promotor do património cultural imaterial, principal gerador da diversidade cultural e garantia do desenvolvimento sustentável.

A 24 de março de 2017, o Conselho de Segurança da ONU adotou unanimemente a Resolução 2347, relativa à proteção do património cultural, reconhecendo formalmente que a defesa do património cultural é imperativa para a segurança.

Foi necessário um século e meio para desta forma nascer uma consciência da importância que o património cultural pode desempenhar na promoção da segurança.

A Cultura Material e Imaterial representa os dois tipos de património cultural e, que em conjunto constituem a identidade e cultura dos povos.

Recentemente, em Portugal e um pouco por todo o mundo, verificou-se uma escala sem precedentes de ataque e destruição do património cultural. Acontecimentos reveladores de que os tempos atuais são de intolerância, de desrespeito, mas também de profunda preocupação perante estas ameaças deploráveis.

Alcochete, infelizmente não ficou impune às ações de vandalismo ignorante e de agressão ao património cultural, executada por grupos movidos pelo ódio, pelo radicalismo e pelo terrorismo cultural que pretendem julgar a história com base em ideologias recentes e rescrevê-la baseada em anacronismos.

Considerando que enfrentamos uma época caracterizada pela alteração das formas de viver e habitar, com especial impacto nas zonas urbanas, importa garantir que, nessa viragem, não se percam de vista valores tão essenciais como os da identidade e da memória, pilares da coesão social e da união entre os povos.

Tendo em mente que o Património Cultural (Material e Imaterial) encerra em si estes valores, afirmando-se como testemunho civilizacional, exige-se ao Governo da República que reforce as medidas de proteção e salvaguarda do Património Cultural de Portugal.

Face ao exposto, a Câmara Municipal de Alcochete, reunida a 17 de junho de 2020 decide:

Solicitar ao Governo:

- a) O reforço das medidas de proteção e salvaguarda do Património Cultural de Portugal;
- b) Que seja exercida ordem e Lei para que estes comportamentos sejam punidos e censurados do ponto de vista público, para que não se voltem a repetir.

Que esta Moção seja enviada para:

- Exmo. Sr. Presidente da assembleia da República;
- Exmo. Sr. Primeiro-ministro;
- Exma. Sr.^a Ministra da Cultura;
- Todos os grupos parlamentares.»

Submetida à discussão e votação, a câmara decidiu aprovar a Moção por unanimidade.

O senhor vereador Vasco Pinto também apresentou a seguinte Recomendação para atribuição de futuras designações de arruamentos, com especial atenção à Comissão Municipal de Toponímia:

«A designação toponímica assume particular importância na preservação da memória e identidade cultural das gentes, perpetuando nomes, factos e eventos, dando-nos a conhecer a evolução histórica dos lugares e respetivas populações, além de facilitar a localização geográfica.

O reconhecimento dessa importância traduz-se na Lei, estando a competência da atribuição dos topónimos aos arruamentos prevista na alínea ss), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Neste sentido, visando contribuir para a solidificação da identidade cultural dos agregados populacionais, reunindo valores simbólicos que veiculam a cultura das gentes, apresenta-se seguidamente um conjunto de sugestões possíveis para atribuição de topónimos aos arruamentos do Concelho de Alcochete, pautado, por critérios de rigor, coerência, isenção e seriedade:

Entidades/Instituições de relevo municipal

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete

Data da fundação: 31 de outubro de 1948.

Data da criação dos Estatutos: 27 de dezembro de 1948

Data da aprovação dos Estatutos: 12 de maio de 1949

O Corpo de Bombeiros de Alcochete, criado e mantido pela Associação Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, constitui uma unidade operacional tecnicamente organizada, preparada e equipada para socorrer a vida e bens dos habitantes do concelho de Alcochete.

De acordo com o Decreto-Lei 248/2012 de 21 de novembro, “o papel dos corpos de bombeiros profissionais, mistos ou voluntários, no socorro às populações em Portugal é, como é publicamente reconhecido, absolutamente fundamental, sem prejuízo da existência de outros agentes ou forças de intervenção de proteção e socorro”.

Reconhecimento da importância desta Associação na proteção, socorro e defesa da comunidade local.

Aposento do Barrete Verde de Alcochete

Data da fundação: 20 de agosto de 1944

O Aposento do Barrete Verde, agremiação fundada em 1944, tem como objetivo, para além da promoção cultural, educativa e recreativa dos seus sócios, a realização das Festas do Barrete Verde e das Salinas, que ocorrem durante o 2.º fim-de-semana de agosto. Constituindo um fenómeno cultural multidimensional, as Festas do Barrete Verde e das Salinas assumem, no município de Alcochete, uma relevante importância cultural, social e económica.

Reconhecimento da importância desta agremiação na realização das Festas do Barrete Verde e das Salinas

Rancho Folclórico “Os Camponeses de S. Francisco”

Data da fundação: 30 de julho de 1955

Data da filiação (Federação do Folclore Português): 24 de dezembro de 1999

Grupo Folclórico Danças e Cantares Fonte da Senhora

Data da fundação: 19 de novembro de 1987

Data da filiação (Federação do Folclore Português): 18 de abril de 2006

O Rancho Folclórico “Os Camponeses de S. Francisco” e o Grupo Folclórico Danças e Cantares da Fonte da Senhora constituem agrupamentos de carácter musical e coreográfico que têm por objetivo representar antigas tradições, através de exibições em público, nas quais os seus elementos se apresentam com trajes populares de antigamente (trabalhos do campo, de festa, de casamento e outros).

Tendo-se extinguido as formas tradicionais de bailar nos meios populares, os ranchos e/ou grupos folclóricos são, nos dias de hoje, os depositários e intérpretes das tradições músico-coreográficas, constituindo as suas exibições representações das tradições populares locais.

Reconhecimento da importância destes agrupamentos, do património cultural etnográfico, na consolidação da identidade coletiva local.

Manifestação/tradição religiosa e cultural de relevo municipal

Círio dos Marítimos

Origem: séc. XVI

O Círio dos Marítimos, anteriormente designado por Círios dos Marítimos Casados e Solteiros de Alcochete, poderá ter origens anteriores a 1512, altura em que já existia na ermida da Atalaia objetos doados pela Confraria dos *barqueiros desta villa d'allcouchete*. Tratava-se de uma corporação laboral de pessoas ligadas à construção e condução de barcos, nomeadamente carpinteiros, calafates, arrais, marujos, ... cuja devoção a Nossa Senhora da Atalaia está intimamente relacionada com uma lenda. O respetivo cumprimento de promessa vingou num dos mais tradicionais e antigos círios que se deslocam ao santuário da Atalaia. Dos 34 círios que aí rumavam em 1823, hoje apenas subsistem 6, sendo o de Alcochete o único que se realiza na Páscoa.

Sendo um círio secular, houve a necessidade de ser proceder a adaptações dos festejos ao longo do tempo. O mais evidente é o facto de já estar praticamente extinta a atividade de “marítimo” em Alcochete. Tanto os organizadores, como os próprios intervenientes são hoje toda a população de Alcochete, garantindo-se assim a perpetuação de um Círio que se quer vivo por muitos mais anos.

Reconhecimento da importância desta manifestação, do património cultural imaterial, na sedimentação da identidade coletiva local.

Antropónimos de figuras de relevo municipal e nacional

João Manuel Soares Ferreira-Rosa (fadista)

Nasceu a 16 de fevereiro de 1937

Morreu a 24 de setembro de 2017, com 80 anos

João Ferreira Rosa, nasceu em Lisboa, passou uma parte da sua infância em Angola, regressando a Portugal já com 5 anos de idade. Foi na sua juventude, com 14 anos, que se estreou como fadista numa festa escolar em Santarém. Em 1966 abriu a “Taverna do Embuçado” em Alfama, pela qual passaram e atuaram grandes nomes do fado.

João Ferreira Rosa foi autor, entre outros, do poema *Triste Sorte*, que gravou no Fado Cravo de Alfredo Marceneiro. Um dos grandes expoentes do fado tradicional, do seu repertório constam o *Fado dos Saltimbancos*, *Arraial*, *Fragata*, *Portugal Verde e Encarnado* e *Fado do Embuçado*, este último, o seu fado mais conhecido.

A sua paixão por Alcochete, onde viveu nos últimos anos, levou-o a escrever o *Fado de Alcochete*, que cantava com a música do *Fado Balada* de Alfredo Marceneiro.

Reconhecimento da importância de figura ímpar do fado tradicional

Marcelino Vespeira (pintor e artista gráfico)

Nasceu a 9 de setembro de 1925

Morreu a 22 de fevereiro de 2002, com 76 anos

Marcelino Vespeira nasceu no Samouco. Estudou belas artes e arquitetura, trabalhou em artes gráficas e publicidade, figura incontornável da pintura portuguesa contemporânea. Marcelino Vespeira foi um dos fundadores do Grupo Surrealista de Lisboa e um dos nomes mais marcantes deste movimento, com uma incursão pelo neorrealismo e uma curta passagem pelo abstracionismo geométrico.

Reconhecimento da importância de figura de relevo da pintura nacional.

Barata Moura (pintor)

Nasceu a 9 de janeiro de 1911

Morreu a 18 de dezembro de 2011, com 100 anos

Nasceu em Castelo Novo (Fundão).

Fez o Curso de Pintura Decorativa, na Escola de Arte Aplicada de António Arroio. Frequentou as aulas da Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA) – mestres Falcão Trigoso, Paula Campos e Mário Augusto, seus professores, iniciaram-no na “pintura de ar livre e de atelier”, sem afetar a *sua maneira*. A pintura de Barata Moura manteve sempre linguagem e estilo próprios, muito seus.

O relacionamento do pintor com Alcochete remonta aos seus tempos de estudante, Mestre Raúl Carapinha e o pintor Baptista, que conheceu na SNBA, despertaram nele o desejo de aqui vir pintar, o que realizou com agrado.

Promoveu o território de Alcochete ao pintar as suas paisagens e gentes. De uma generosidade exemplar doou parte do seu espólio a Alcochete, sendo no ano de 1995 distinguido como cidadão honorário.

Reconhecimento da importância de figura de relevo da pintura nacional.

Datas com significado histórico e cultural na vida do concelho

29 de julho de 1957 (Verão de 1957) - Greve dos Salineiros

A 29 de Julho de 1957, a greve é praticamente geral nas marinhas de Alcochete. Entre quatrocentos e setecentos trabalhadores em greve são os números estimados.

Quatrocentos refere o jornal *O Século* numa notícia não publicada, na edição de 30 de julho.

“O pessoal das salinas de Alcochete em número de quatrocentas pessoas, não compareceram ontem ao trabalho, em consequência de os patrões não terem dado provimento à sua petição de aumento de salário (...)”

In jornal “O Século”

Reconhecimento da importância desta data/episódio na história económica, social e cultural de Alcochete

15 de janeiro de 1898 - Restauração do Concelho

Com extinção do concelho de Alcochete, em 30 de setembro de 1895, iniciou-se um período de dependência municipal que gerou sentimentos de angústia e de insubmissão, por parte da população de Alcochete, despertando uma consciência de identidade municipal, que motivou o desenvolvimento de diligências no sentido de ser restaurada a autonomia municipal. A 15 de janeiro de 1898 é publicado, no Diário do Governo, o decreto que restaura o concelho de Alcochete. Este acontecimento marcante na história de Alcochete é celebrado anualmente.

Reconhecimento da importância desta data/acontecimento na história da administração concelhia.»

O senhor presidente salientou que já não é a primeira vez que o senhor vereador Vasco Pinto apresenta uma recomendação neste sentido, e a resposta que deu na altura, foi sensivelmente a mesma que dará hoje. Lembrou que a autarquia tem uma comissão específica para esse efeito, que é composta por um conjunto de entidades, nomeadamente, pelos presidentes das juntas de freguesia, entre outras pessoas. Cada um dos eleitos pode, naturalmente, ser portador desta e de outras recomendações, porém, alerta que Alcochete não está ao desbarato, ou seja, não estão a “nascer” arruamentos, nem avenidas em número suficiente para satisfazer todas estas e outras recomendações, para além de que também não lhe parecer correto (e para si não faz rigorosamente nenhum sentido aproveitando uma das recomendações agora apresentada), que a rua André José dos Santos possa vir a chamar-se rua do Aposento do Barrete Verde.

Quanto aos bombeiros, já existe uma vontade expressa, porque ninguém tem dúvidas o quão importante era que uma avenida ou rua, tivesse esse topónimo, inclusivamente, chegou-se a avançar com a questão, (que a si não lhe parece tão gravosa), de por exemplo, substituir o nome da avenida dos Barris, por avenida da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário de Alcochete. Contudo, se para a Câmara é uma situação relativamente fácil, para quem ali reside, irá causar transtorno, dado que as pessoas teriam que proceder à alteração dos seus documentos, o que representa tempo e dinheiro para as mesmas. No entanto, olhando para a avenida, também não lhe parece que haja ali um número significativo

de moradores, mas tal terá que ser sujeito a confirmação para eventualmente, se poder proceder a essa alteração.

Salientou que todas as recomendações apresentadas serão encaminhadas, no sentido de as mesmas serem tidas em conta em novas urbanizações que possam vir a surgir.

O senhor vereador Pedro Lavrado, enquanto presidente da Comissão Municipal de Toponímia, agradeceu a recomendação do Setor de Cultura, contudo, considera importante referir que a comissão já dispõe de uma lista de propostas com nomes para arruamentos, emitida pelo Setor de Cultura. Alguns dos nomes sugeridos também constam desta recomendação e esclareceu que sempre que é atribuído nome a algum arruamento é consultado este setor. Salientou que, ultimamente não tem existido novos arruamentos, e que apenas têm sido atribuídos topónimos nas zonas rurais, que se prende com a necessidade de os residentes necessitarem de ter atribuídos morada e número de polícia, para poder tratar do cartão de cidadão, entre outros.

O senhor vereador Estêvão Boieiro referiu que se recorda da confusão que deu, quando a rua João Facco Viana encurtou para dar nome à rua José André dos Santos. Ainda hoje, se fala muito nisso, principalmente as pessoas mais antigas, pelo que, para as principais ruas, é preciso muito cuidado a lidar com os munícipes, em virtude de cada rua contar a sua história. Salientou que, por exemplo, já sugeriu dar o nome a uma rua, de uma figura que para si é um alcochetano fabuloso, principalmente por escrever poesia muito bem, o “Ti Tonho Rei”. Não sabe onde deveria ser encaixado o topónimo, porém, talvez em frente à biblioteca municipal, porque o mesmo morava próximo desta.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que felizmente são poucas as ruas para tantos alcochetanos e coletividades existentes no concelho, considerando, assim que Alcochete tem um Património Imaterial muito rico. Contudo, referiu que, quando se muda o nome a uma rua, os moradores têm que forçosamente alterar certos documentos, como a carta de condução e o Cartão de Cidadão. Recordou quando

no Passil foi efetuada a alteração do nome das ruas, existia a rua A, B, C e D, passando a sua designação para a rua da Mondina, rua do Campino e outros e a única forma de as pessoas não terem custos associados à mudança, foi a de na toponímia permanecer entre parêntesis o nome da antiga rua. Quanto à avenida dos Barris, parece-lhe que não é muito complicado, porque não moram ali muitas pessoas, mas como o senhor vereador Estêvão Boieiro referiu, é preciso ter muito cuidado quando se substituem os nomes, porque nessas ruas moram pessoas ou os seus antepassados tiveram ali casas e tudo é uma história.

Quanto aos novos arruamentos é complicado, pelo que sugeriu que se comece a atribuir topónimos às rotundas.

O senhor presidente referiu, que o apresentado pelo senhor vereador Vasco Pinto, era apenas uma recomendação, ele é que se antecipou e comentou que não fazia muito sentido chamar-se rua do Barrete Verde a uma rua que não se identifique com essa coletividade.

Recordou que, quando foi definida pela comissão a atribuição do topónimo “Praça da Cultura”, a mesma fazia sentido porque ali se encontra o Fórum Cultural, ou seja, o edifício cultural onde se promove programação cultural, logo, tem enquadramento e faz todo o sentido.

O senhor vereador Pedro Louro referiu que já há tempo foi discutida a situação da avenida dos Barris poder passar para avenida dos Bombeiros e, no seu entender a situação não o chocava, tendo em conta, a dimensão de habitações que existentes nessa avenida.

Considera que a sugestão apresentada pelo senhor vereador Jorge Giro (dar nomes às rotundas) é pertinente, porque Alcochete não irá crescer muito mais, pelo que, algumas figuras públicas (pela sua grandiosidade e estando ligadas a determinados locais que tenham rotundas), poder-se-ia atribuir os seus nomes, para além de também concordar que não se deve mudar o nome das ruas, porque as mesmas têm história.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares referiu que a lista de recomendações deve ser alargada a outros setores, como à educação, dado existirem muitos professores de Alcochete que em muito contribuíram para o desenvolvimento da nossa terra, bem como, a pessoas relacionadas com o desporto, considerando assim, que a comissão deveria ouvir outros setores e ter em atenção os seus eventuais contributos.

O senhor presidente mencionou que a comissão é autónoma nesta matéria; é presidida pelo senhor vereador Pedro Lavrado e composta por um conjunto de pessoas e que a mesma age em conformidade com as suas competências, porém todos os setores são livres de apresentar uma recomendação, tal como fez o senhor vereador Vasco Pinto.

O senhor vereador Pedro Louro referiu que teve conhecimento que o Dr.^o Manuel Pereira deixou de exercer funções na Centro de Saúde de Alcochete, muito recentemente, tendo sido cancelada toda a sua agenda e o mesmo não foi substituído, os pacientes com consultas já marcadas, a única alternativa que lhes foi dada pelo centro de saúde, é a de os utentes irem para a fila para marcação de consultas do dia. Considera que, se a anterior situação já era má, agora é ainda pior, não havendo perspetiva de o médico ser substituído.

Seguidamente apresentou a seguinte proposta, intitulada de “Apoio ao Comércio”:

«Considerando que:

- a) A pandemia da COVID-19 colocou Portugal numa posição de *lockdown* com consequências devastadoras do ponto de vista social e económico;
- b) O período de confinamento influenciou negativamente a natural dinâmica do comércio local no concelho de Alcochete;
- c) A recente crise de saúde pública resultou numa perda de rendimentos para algumas famílias portuguesas;

- d) As tradicionais Festas do Barrete Verde e das Salinas, Festas Populares do Samouco em honra da Nossa Senhora do Carmo e as Festas de confraternização Camponesa de São Francisco, tão importantes para a dinamização e subsistência do comércio local, foram - e bem - canceladas por precaução e por forma a preservar a saúde de todos;
- e) As autarquias locais têm-se revelado, no combate à pandemia, de elementar importância no trabalho de proximidade, no auxílio a quem mais precisa, na identificação de eventuais surtos, mas também na retoma económica tão necessária aos pequenos comerciantes;
- f) É fundamental, por um lado, contribuir para o aumento do poder de compra das famílias e, por outro lado, impulsionar a aquisição de bens e serviços no comércio local.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Alcochete desenvolva um Programa de Apoio ao Comércio Local que contemple a distribuição de um *voucher* por quem tenha tido uma comprovada perda de rendimentos e/ou tenha estado na linha da frente no combate à COVID-19 e que possibilite a aquisição dos mais diversos artigos no comércio local de Alcochete.»

O senhor presidente referiu que percebe, entende e que até considera uma situação pertinente, porém, lembrou que não é possível esquecer que se está a viver uma fase muito conturbada e o dinheiro é finito. Em face disso e como não sabe o que é que vai acontecer durante os próximos meses (teme que os próximos meses sejam piores que os anteriores) e como a prudência é sua amiga de há muito tempo apenas gosta de se alongar q.b. No que diz respeito às medidas mitigadoras desta pandemia, pensa que o município de Alcochete fez um extraordinário trabalho, orgulhando-se muito das medidas mitigadoras que foram tomadas.

Esta pandemia abrangeu, naturalmente, todos os setores da economia, mas alguns foram mais penalizados que outros. Fazendo uma analogia entre a área da restauração e o comércio de têxteis e roupa, considerou que não tem comparação, porque a restauração fechou primeiro que todos os outros estabelecimentos e, aquando da sua reabertura a mesma teve condicionalismos que, por exemplo, uma

loja de roupa não tem. O que se passa no presente não tem nada a ver com aquilo que se passou nos anteriores seis meses atrás, ou seja, há muito menos gente e o espaço de lotação está também mais reduzido, pelo que, esta área de negócio é bem mais penalizada comparativamente a outras.

Salientou que, esta proposta vai ao encontro de algumas ações que estão a ser desenvolvidas, informando que a autarquia, juntamente com a entidade de turismo está a desenvolver uma parceria, que assenta precisamente na questão dos *vouchers*, contudo, provavelmente, não terá a ver com a dimensão que esta proposta reflete, mas é já o princípio de um caminho que paulatinamente se está a fazer, de acordo com a disponibilidade financeira do município.

Ainda informou que, pelo facto de não se terem realizado as festas do Barrete Verde, as festas em honra da Nossa Sr.^a Senhora do Carmo do Samouco e festas de S. Francisco, não se traduziu em poupança de dinheiro, porque o investimento feito no que não era previsível, nomeadamente com a pandemia, é significativamente superior ao valor que seria atribuído para apoiar a realização destas festas.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que, se as festas do Barrete Verde eram importantes para a freguesia de Alcochete, as restantes festas também tinham igual importância para as respetivas freguesias. Quando se fala em festas, sejam elas quias forem, não se pode falar apenas em apoios monetários, porque a autarquia também apoia na parte da logística, para além das despesas com a água, eletricidade e tudo o resto, que são mais uns milhares de euros. Informou que chegou a contabilizar todos estes apoios, no ano que se iniciaram as largadas na avenida D. Manuel I, tendo contabilizado um valor de €130.000,00. Considerou também, que a proposta apresentada deveria ser estendida às restantes freguesias e não se restringir apenas a Alcochete.

ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €9.113.816,48 (nove milhões, cento e treze mil, oitocentos e dezasseis euros e quarenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente da câmara informou que, entre os dias entre os 09/06/2020 e 16/06/2020, autorizou o pagamento da despesa no montante de €323.799,34 (trezentos e vinte e três mil, setecentos e noventa e nove euros e trinta e quatro cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 1629 ao 1710.

A Câmara tomou conhecimento.

3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

3.1 Prestação de Contas de 2019 e Relatório de Gestão de 2019

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Dando cumprimento ao disposto no n.º 2, do Ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto – Lei n.º 54 -A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, elaboraram-se os documentos de Prestação de Contas de 2019 e Relatório de Gestão de 2019. Os documentos atrás referidos encontram-se integralmente elaborados, em conformidade com o Anexo I, da Resolução n.º 4/2001, de 18 de agosto do Tribunal de Contas – “Instruções Para Organização e Documentação das Contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas Abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)”, alterada pela Resolução n.º 7/2018 de 9 de janeiro 2019 e pela Resolução n.º 6/2013, de 21 de novembro, e

acompanhados pelo *draft* da respetiva certificação legal de contas para conhecimento dos órgãos executivo que passará a definitivo após a sua aprovação em reunião de câmara e que será remetido à Assembleia Municipal para deliberação e conhecimento nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Junto se anexa a informação n.º 1/2019 da Divisão de Administração e Gestão de Recursos nos termos do n.º 3, do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Assim, proponho:

1. A aprovação da Prestação de Contas de 2019, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do anexo à Resolução n.º 7/2018, de 9 de janeiro de 2019 que se junta.
2. A Aprovação do Relatório de Gestão de 2019, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do anexo à Resolução n.º 7/2018, de 9 de janeiro de 2019 que se junta.
3. O envio dos documentos “Prestação de Contas de 2019” e “Relatório de Gestão de 2019” à Assembleia Municipal para deliberação, conforme a alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão, o senhor presidente referiu que da análise e apreciação a tão elementares documentos, a primeira grande conclusão que se retira é que a execução do orçamento demonstra que, uma vez mais, os documentos previsionais foram elaborados com muito rigor e, sobretudo com muita exatidão.

Perante os múltiplos desafios do ano de 2019, apresenta-se de forma criativa, assertiva e dedicada as soluções que melhor serviram o município e os desafios, nomeadamente, a questão da descentralização de competências, o facto de se querer manter, face a toda a atividade socioeconómica desenvolvida, o equilíbrio das

contas públicas e manter a diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores que era no fecho do ano de 2019, 61 dias, sendo que nesta matéria o maior condicionalismo se centrava e centra-se, nomeadamente na Simarsul, bem como, a necessidade de desenvolver todos os procedimentos necessários à prossecução das candidaturas no âmbito do quadro comunitários, assim como, continuar a desenvolver os procedimentos necessários à requalificação e ampliação das escolas básicas, das infraestruturas desportivas, dos edifícios municipais e de um conjunto vasto de outras iniciativas que foram, entretanto assumidas concretizar.

Considera que é fundamental não se perder o foco, as atenções e as preocupações que estão naturalmente centralizadas no município, que orgulhosamente este executivo representa, por isso, todos os dias dão o seu melhor em prol da gente de Alcochete e da nossa terra. Assim, apresentou alguns dados que julga serem fundamentais, nomeadamente, sobre o valor da dívida a curto, médio e longo prazo que, fazendo, muito rapidamente uma análise que se estende aos últimos 3 anos, 2017, 2018 e 2019 em particular, dado que é o ano em que se está a exercer agora a análise e apreciação, discussão e votação, informou que o ano de 2017 foi encerrado com um valor de dívida de €8.610.477,94, o ano de 2018 foi fechado com um total de dívida de €7.961.462,36 e o ano agora em apreço foi encerrado com um valor total de dívida de €7.694.950,61, sendo que no ano em análise está incluído o financiamento contraído para a “Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Valbom”, no valor de €1.230.000,00, registando ainda assim, um decréscimo de 3,35% do valor total da dívida, face a período homólogo. Em termos de resultado líquido, chegou-se ao ano de 2019 com um resultado líquido de €358.550,98, que nada tem a ver com o resultado líquido dos anos de 2017 e 2018.

Assim, vejamos, em 2017 encerrou-se o ano com o resultado líquido de €2.279.620,60, em 2018 com um resultado líquido de €4.278.357,79 e no ano em análise, 2019, atingiu-se o resultado líquido de €358.550,98, registando-se, portanto, um decréscimo de 91,61%, face ao ano anterior. Este resultado, naturalmente, inspira alguma atenção em função da discrepância elevada existente, que se deve fundamentalmente, à redução significativa do IMT e simultaneamente ao aumento dos custos inerentes ao pessoal e às amortizações do exercício. Lembrou que está

em curso a inventariação e a avaliação dos bens do domínio público, cujo valores são significativamente elevados.

De seguida, lembrou que o ano de 2017, foi o ano coincidente com a chegada do presente executivo à governação do município de Alcochete e que o mesmo tinha como prioridade arrumar a casa de acordo com aquilo que era a estratégia do executivo e proceder a um equilíbrio das contas públicas, sendo que, não obstante este esforço, ainda assim durante o ano de 2018 desenvolveu um conjunto grande de obras, mas esse conjunto aumentou exponencialmente em 2019.

Em relação ao Saldo de Gerência, informou que este tem vindo em crescimento absoluto, ou seja, o ano de 2017 fechou com um saldo de gerência de €4.301.626,93, o ano de 2018 com um saldo de €8.584.854,28, havendo portanto, uma duplicação do valor atingido em 2017 e em 2019, infelizmente, não se conseguiu duplicar o valor de 2018, mas ainda assim registou-se um acréscimo de 0,13%, face ao ano de 2018, atingindo um valor absoluto de €8.595.809,03.

No que diz respeito à análise da execução orçamental, deu nota da evolução dos graus de execução e, este resulta daquilo que é a previsão do executivo e, no fundo daquilo que aconteceu em termos de receita e em termos de despesa. Assim, respeitante ao ano de 2017 o grau de execução foi de 97,17%, em 2018 o grau de execução da receita foi de 103,09% e no ano de 2019 foi de 101,59%. Em termos absolutos, disse que estes valores correspondem a €18.940.458,07, onde acresce o saldo de gerência de 2018, que integrado no ano de 2019 resulta em €26.305.072,07.

Quanto à despesa, o ano de 2017 foi fechado com 74,53% em termos de grau de execução, o ano de 2018 foi encerrado com um grau de execução de 70,44% e em 2019 encerrou-se o ano com um grau de execução de 73,96%, que em termos de valor absoluto corresponde a €18.929.503,32.

No âmbito das Grandes Opções do Plano, as designadas GOP's, onde está plasmada toda a despesa de capital e parte da despesa corrente que é identificada como despesa relevante, o grau de execução foi de 53,26%, diminuiu em 2018 para

o valor de 47,72%, mas voltou a atingir um valor bastante significativo e muito interessante em 2019, ou seja, um grau de execução de 56,08%, em termos de valor absoluto corresponde a €7.184.457,56.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, ou seja os chamados PPI's, onde está incluído as grandes obras e, no fundo todos os investimentos, informou que o ano de 2017 foi encerrado com um grau de execução de 28,34%, em 2018 houve um decréscimo, devido ao facto de se querer equilibrar as contas e se organizar, em primeira instância, a casa à medida daquilo que era a estratégia do executivo para o presente mandato, onde se atingiu o valor percentual em termos de grau de execução de 26,69%, em 2019 atingiu-se um dos melhores resultados de sempre da história da autarquia com um grau de execução de 39,83% que corresponde, em termos de valores absolutos qualquer coisa como €3.471.185,03.

No que diz respeito aos investimentos, muito sucintamente, destacou:

- Requalificação do parque escolar, estando a falar de um investimento que rondou, sensivelmente, €900.000,00;
- Regularização de processos por via da aquisição de terrenos, em que muitos deles já duravam há mais de 10 anos, valores na casa dos €500.000,00;
- Obra da rua do Láparo, no que diz respeito à parte da autarquia, dado que é uma obra com candidatura aprovada, sensivelmente €242.000,00;
- Requalificação das ruas António Maria Cardoso e Francisco Diogo, uma obra no valor de €180.000,00;
- Requalificação da rede viária, uma obra que está muito perto de atingir €500.000,00;
- Requalificação efetuada ao nível dos parques infantis, cujos montantes ascendem aos €150.000,00;
- Aquisição de viatura de RSU cujo investimento ascende a €180.000,00;
- Outros investimentos nos serviços municipais, cujo valor não difere muito de €140.000,00;
- E ainda, outros investimentos que se teve oportunidade de realizar.

No que diz respeito às AMR, ou seja, as Atividades Mais Relevantes, onde estão incluídas as despesas de capital e, entenda-se as despesas de capital como amortizações de empréstimos, por exemplo e outras despesas correntes de relevo significativo, como são as despesas com a Amarsul, Simarsul, iluminação pública, entre outras. Salientou que o grau de execução em 2017 foi de 77,91%, em 2018 de 97,20% e o ano em apreço foi fechado com um grau de execução de 90,65%, no valor absoluto de €3.713.290,83.

Outra matéria que é fundamental e que permite proceder a mais ou menos investimento com recurso à banca, estando-se a falar do limite de endividamento, considera que importa referir que a dívida total em 2017 representava, qualquer coisa como 55,89% da média da receita corrente, no encerramento do ano de 2019 correspondeu a 35,55%, significa isto que, se porventura a 31 de dezembro de 2019, se liquidasse a dívida total sobriria em média cerca de 65% da receita corrente.

Em termos de valores absolutos, para se ter uma ideia mais vincada, no final de 2018, a margem de endividamento não ultrapassava, cerca de €2.700.000,00, ora no encerramento das contas de 2019 esse valor cifra-se, ligeiramente acima dos €3.500.000,00.

Relativamente à receita, um assunto que tem sido sempre muito falado, estas assentam, fundamentalmente, nos chamados impostos diretos, ou seja, IMI, IUC, IMT e derrama e são estes impostos que de alguma forma faz o município sobreviver, porque a receita proveniente dos serviços que se presta não tem significado, comparativamente a estas receitas. Salientou que, quando este executivo chegou ao município, a taxa de IMI em vigor era de 0,45 e, fazendo um histórico do presente mandato, passou-se desse valor para 0,445 que correspondeu a uma redução da tarifa em 1%, depois passou para 0,42 e no ano em análise têm-se uma taxa de 0,399. Assim, a receita do IMI em 2019 foi de €4.259.148,59, com a taxa aplicada 0,42 e do IMI familiar, o IUC foi de €503.663,58, o IMT foi de €2.606.626,92, sendo que em 2018 o grau de execução, em termos absolutos do IMT foi de €4.500.000,00, portanto, uma redução de sensivelmente de €2.000.000,00. No âmbito da receita e para o município de Alcochete este valor, no que diz respeito ao valor orçamental é

um valor significativo e, no âmbito da derrama, o grau de execução foi de €678.258,59, em termos de valor absoluto.

Na totalidade da receita em 2019, ao comparar esta com a totalidade da receita de 2018, existe, sensivelmente, um valor de €2.000.000,00 de diferença, para ser mais rigoroso, o grau de execução, em termos de valores absolutos em 2018 foi de €9.996.852,64 e o grau de execução, no conjunto destes impostos diretos, no fecho de 2019 foi de €8.047.697,68. No que diz respeito ao IMI têm-se vindo, paulatinamente a reduzir esta taxa, contudo, sem colocar em causa a receita face ao trabalho a desenvolver e às necessidades de intervenção que, entretanto foram definidas como prioridade.

Respeitante à Derrama de 2019, aplicou-se uma derrama reduzida de 1%, em que se podia ter aplicado 1,5%, mas foi aplicada uma derrama reduzida de 1% às empresas cujo valor de negócio fosse inferior a €150.000,00, num literal apoio inequívoco às microempresas, em que quase se atreve a dizer médias empresas, nomeadamente, no âmbito do comércio tradicional e não só e, também se procedeu à isenção da derrama para as empresas que se instalassem no concelho durante o ano de 2019.

Posteriormente, informou que, quando referiu que havia uma questão que tinha a ver com o aumento da despesa com o Pessoal, salientou que no ano em apreço se reduziu o número de trabalhadores em relação àquilo que se tinha, essa redução foi de dois trabalhadores, tendo-se fechado ao ano de 219 com 372 trabalhadores. Aquilo que contribuiu para o aumento com a despesa do pessoal e, ainda bem que isso aconteceu, foi algo que já era reivindicado há algum tempo a esta parte e teve a ver com o descongelamento de carreiras e com a atualização do salário base da administração pública e, também poderia acrescentar, embora não com o mesmo contributo que para com estas duas unidades de análise, o aumento das tarefas que foram implementadas em função das necessidades entretanto sentidas.

Grosso modo, informou que os custos da autarquia estão devidamente controlados, havendo uma nota que se destaca e tem a ver com a questão da diminuição da

receita, sendo também que teve um impacto muito grande nas contas do município, o reconhecimento que está a ser realizado e, que está longe de estar acabado, mas já tem um peso importante, nomeadamente, ao nível dos fundos próprios e que tem a ver com o reconhecimento da rede de saneamento da água, que era algo que de facto não existia e que não era feito, mas que se está a fazer, porque é assim que tem que ser feito e que tem a ver com a questão do problema referente à Simarsul (pedindo que seja perdoada a expressão), mas que a autarquia está a ser “comida” por via dos juros que estão a ser cobrados e, esta é uma análise que tem que ser realizada mais tarde do ponto de vista jurídico e do ponto de vista financeiro, não obstante, estar a decorrer um conjunto grande de processos de contencioso com esta entidade.

Genericamente são estas as notas que considerou relevantes no que diz respeito à Prestação de Contas de 2019 e ao Relatório de Gestão, contudo, dado que também se encontrava presente na reunião de câmara a Dr.^a Cláudia Santos, a mesma poderia esclarecer sobre outras matérias, mais técnicas, que possam advir das restantes intervenções.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que, por um lado percebia, por outro não a explicação inicial do senhor presidente, dado considerar que as contas agora apresentadas, são saudáveis, tal como já acontecia em 2017, não o tendo sido em 2016, 2015, 2014, 2013 e outros anos. Recordou, que há uns anos atrás, houve necessidade de se aplicar um Plano de Saneamento Financeiro, porque não havia receitas, (nem se falava de milhões mas sim em milhares), plano financeiro esse que foi gizado para a Câmara Municipal de Alcochete e para um período de oito anos e a Câmara conseguiu ser recuperada em dois anos. O Plano foi aprovado por unanimidade pelo órgão executivo e por maioria na Assembleia Municipal, com um voto contra do deputado municipal do PSD, porque não acreditava que as medidas plasmadas no mesmo fossem concretizáveis.

Também recordou que durante esse Plano de Saneamento Financeiro a autarquia foi obrigada a aplicar a taxa percentual máxima de IMI, como também tiveram de ser revistas muitas tarifas, como a da água, do saneamento, dos resíduos, entre outras.

Considerou que para repor o equilíbrio da autarquia, houve mérito de quem estava a gerir a autarquia, mas, talvez, tenham sido os munícipes os principais salvadores da câmara municipal, dado que foram obrigados, de um momento para o outro, a ter que contribuir mais para o equilíbrio da autarquia, porque esta vive das suas receitas e as receitas provenientes FEF serem uma miséria. Lembrou que Alcochete é o quinto município dos 308 que recebe menos verbas do Estado.

No presente, vivem-se tempos de maior conforto, (mesmo com esta questão agora da economia, acreditando que a situação se retraia um pouco), contudo, não prevê que se chegue aos números trágicos de há 6,7,8 anos atrás. No presente, o orçamento é confortável, conforme mencionado pelo senhor presidente, existindo, porém, alguns senãos, que guardou para a declaração de voto apresentada. Resumindo, a câmara está de boa saúde financeira e fez votos para que assim continue por muitos anos.

O senhor presidente mencionou que o receio que referiu no início da sua intervenção, tem a ver com o futuro e não com as contas que agora apresentou, dando o exemplo de uma empresa com uma sustentabilidade muitíssimo confortável, com a marca “super bock”, ter que vir a reduzir o seu efetivo em 10% e, certamente outras entidades, infelizmente, terão que seguir o mesmo caminho, entendendo assim, que o futuro não é auspicioso e requer muita cautela, muita prudência, ou seja, no fundo deverá ser assumida uma atitude preventiva.

O senhor vereador Pedro Louro começou a sua intervenção referindo que os documentos são sempre muito exaustivos, havendo assim, sempre muita dificuldade em os analisar em tão curto espaço de tempo. Depois, mencionou que, de acordo com as palavras do senhor presidente, depreende que a sua preocupação se prenda com o facto de em 2020 se poder vir a aprovar estes documentos com o mesmo alívio.

Considera que neste momento, há alguns sinais da retoma da economia porque as pessoas estavam ávidas de consumo, contudo, por exemplo, os restaurantes nunca

virão ter a mesma afluência que tiveram, o que reduz significativamente a economia nesta área.

Salientou que as receitas diretas, em relação aos impostos (se a economia crescer), serão fruto, essencialmente, do dinheiro que entra. Irá existir sempre receita e considera que foi uma surpresa, talvez para todos, quando em 2018 houve um aumento da receita face a 2017, o que fez com que existisse o saldo de tesouraria que hoje existe.

Considera que deve haver uma preocupação em criar receitas provenientes do turismo, porque na sua opinião a autarquia ainda está a dar passos muito tímidos, dando como exemplo, já se poder estar a tirar alguma receita para o município, com alguma afluência de turismo e que se calhar, já era possível ter um parque de estacionamento (pago em alguns locais) e, assim haver alguma receita proveniente do turismo, não deixando assim o município, apenas dependente dos impostos diretos.

Considera que, de acordo os documentos agora apresentados e com os dados dos revisores oficiais de contas, continua a haver divergências, nomeadamente na parte dos bancos e na parte dos registos de contabilidade, apesar de ter melhorado.

De resto, entende ser necessário prever o futuro e haver cautela e cuidado com as contas de 2020, nomeadamente, com o que são os compromissos da autarquia, nomeadamente a efetivação de contratos, porque depois não se pode cancelar os mesmos, dando o exemplo, de um contrato anual que por motivos económicos da empresa, não conseguir cumprir na integra as suas obrigações. Por isso, contratações com mais de um ano deverão ser bem pensadas, assim como, a contratação de pessoal, porque um funcionário da autarquia é para a vida e é necessário pagar aos mesmos todos os meses. Assim sendo, todas as contratações devem ser pensadas, porque a retoma vai existir, mas o ano de 2021 será difícil.

O senhor presidente referiu que, quando abordou a questão das receitas e incidiu a sua análise nos impostos diretos, fê-lo porque esses valores são incontornavelmente

incomparáveis com outros valores da receita que a autarquia tem, porque feita uma analogia entre aquilo que foi o encerramento das contas em 2017, 2018 e 2019, no âmbito até do turismo e, daquilo que é proporção interna, como, por exemplo, a utilização do “Bote Leão” ou espetáculos promovidos e desenvolvidos no Fórum Cultural, estas receitas também subiram exponencialmente, mas a questão do IMT é que é o exemplo que fica para a história, porque em 45 anos de existência da autarquia, nunca houve uma receita de IMT como a que houve em 2018, com um valor de €4.500.000,00.

Seguidamente, mencionou que o objetivo da autarquia quando realiza um programa cultural ou uma prova desportiva que envolva o pagamento da inscrição, é mitigar o custo dessas atividades e não o de ganhar dinheiro, porque a câmara não tem esse propósito, mas sim o de prestar um serviço público, contudo, se for possível, do ponto vista financeiro, não perder muito dinheiro é francamente positivo.

O senhor vereador Vasco Pinto referiu que as receitas provenientes do turismo não crescem de um dia para o outro, a menos que se aplicassem taxas turísticas de chegada ao nosso território. O turismo gera essencialmente receitas para o comércio local e alojamento local que, por sua vez, gera o desenvolvimento económico local. Como receita direta para autarquia, só por via da realização e dinamização das atividades turísticas, mas como todos conhecem o nosso território, ele tem as suas próprias limitações, contudo, nos últimos anos tem havido uma maior procura do destino, essencialmente, porque cresceu a oferta de alojamento e uma coisa não cresce sem a outra.

Esclareceu que o turista para ser considerado turista, tem que, pelo menos pernoitar uma noite, senão é apenas considerado visitante e, o turismo cresceu porque, efetivamente, o alojamento local e os *hostels* em Alcochete cresceram de um ano para o outro, acima dos dois dígitos. Obviamente o município tem acompanhado esse crescimento e essa procura através da geração de conteúdos que fazem com que quem nos visite fique mais tempo no nosso concelho, no nosso território e, conseqüentemente, gaste mais dinheiro que, obviamente, contribui para o desenvolvimento da economia local. Esta é a forma com que o turismo pode ser

desenvolvido a nível local. A nível nacional registou-se um grande crescimento, primeiro pela segurança do destino face a destinos concorrentes, como o Egipto, a Turquia e outros países, ou seja, as pessoas começaram a procurar principalmente as grandes cidades, como Lisboa, por ser mais seguro do que Paris e Londres, (porque não havia atentados) e essa situação fez com que, obviamente as cadeias de hotéis tivessem crescido exponencialmente permitindo com isso ao Governo criar receita por via dos impostos pagos.

Seguidamente, referiu que o dinheiro do Governo é dos contribuintes, assim como o dinheiro das autarquias. É de quem paga os seus impostos, sejam as pessoas, sejam as empresas e isto, é um ciclo, que como referido pelo senhor vereador Jorge Giro é acompanhado pelo estado da economia. Se efetivamente há quatro anos atrás se vivia um tempo difícil e houve um esforço que foi exigido aos portugueses e também aos alcochetanos com o aumento dos impostos (porque não foi só a nível nacional que os impostos aumentaram), aconteceu pelo simples facto que o dinheiro dos governos local e central são dos contribuintes e sempre que há necessidade de gerar maior receita, os contribuintes são penalizados.

Focando o que tem a ver com o turismo, é óbvio que o contributo do turismo para o orçamento municipal é muito reduzido, por isso, é que o senhor presidente mencionou a importância das receitas por via dos impostos, que se torna essencial para o desenvolvimento económico do território. É o que tem sido realizado, em sucessivas parcerias com o comércio local, inclusivamente com o *Freeport* que já realizou varias ações de promoção de Alcochete e com o destino *outlet*. Considera que é por essa via que se pode gerar mais receita para o território, porém, ainda há um longo caminho a percorrer e por isso terão que existir mais hotéis, mais alojamento e mais possibilidade de receber pessoas, porque o que existe hoje em dia, é muito reduzido comparando até com outros pontos de passagem de proximidade. Contudo, a verdade é que nenhum deles tem um conjunto de atrativos como Alcochete tem e, obviamente que isso tem que ser trabalhado e já se começou esse trabalho. A sua opinião vai na perspetiva de saber o que se quer, ou seja, um turismo de qualidade e não um turismo de massas que descaracterize o nosso

território. Será necessário atrair nichos de mercado que tenham relação com a cultura, com o ambiente e preservação da nossa reserva natural do estuário do Tejo.

O senhor presidente, no seguimento da intervenção do senhor vereador Vasco Pinto, referiu que no prosseguimento do investimento realizado em Alcochete, por parte da empresa “Libertas” com a construção da “Praia do Sal”, leu num *blog*, de uma pessoa do norte do país, uma grande promoção sobre Alcochete, ou seja, de uma pessoa que nunca tinha estado em Alcochete, mas que alugou um apartamento na “Praia do Sal” para passar férias em Alcochete. Com isto, sentiu-se muito orgulhoso porque as pessoas procuram Alcochete, porque provavelmente visitaram o site do município ou a página do facebook do município e que encontraram aquilo que de mais genuíno nós temos e que o senhor vereador Vasco Pinto elencou e que tem a ver com a nossa natureza, dado Alcochete ser uma região ímpar nessa matéria, com uma das maiores reservas estuarinas, a gastronomia, o património histórico (onde nasceu o Rei D. Manuel I), e em fase de canonização o Santo Padre Cruz. Para além disso somos um povo, intransigente em relação àquilo que são os nossos usos e costumes, que no fundo são as nossas tradições, mas ainda assim um povo ordeiro.

O senhor vereador Pedro Louro, em relação ao turismo, considera que a existência de hotéis contribui para o turismo. No entanto, acha que ainda há muito para fazer, dando como exemplo, a exploração do património que existe em Alcochete, que ainda está muito aquém. Também considera que os vídeos promocionais sobre Alcochete, têm de chegar mais além, porque quem visita Alcochete fica apaixonado, mas se as pessoas não souberem o que existe, não visitam.

Na sua opinião o turismo de massas, nunca será o turismo de Alcochete, (porque não existem infraestruturas para turismo de massas), como, um grande hotel para realizar um congresso, existindo apenas o centro de congressos do *Freeport*. Contudo, as pessoas ao virem para este centro de congressos precisam de alojamento e a oferta é pouca. Mal por mal, ficam em Lisboa ou no Estoril, dado serem locais com essas mesmas infraestruturas.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 4 votos a favor (PS e CDS-PP) e 3 abstenções (CDU e PSD), bem como, anexar a Prestação de Contas de 2019, o Relatório de Gestão de 2019, como, **Doc. 1**.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

O senhor vereador Jorge fez a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«Sobre o ponto 3.1 da Ordem de Trabalhos (Prestação de Contas 2019 e Relatório de Gestão de 2019) da reunião de Câmara ordinária n.º 13, de 17/06/2020 e da análise por nós efetuada, salientamos o seguinte:

1. Na continuidade do ano anterior, também neste ano de 2019, verificamos um valor muito significativo das receitas da autarquia, sobretudo devido aos impostos diretos, cujos valores continuam a ser dos mais elevados de sempre do município, mantendo a autarquia uma saúde financeira bastante salutar.
2. As receitas e despesas de capital mantiveram um baixo grau de execução, face ao que havia sido projetado em sede de orçamento para 2019. Tal facto, deve-se em grande parte às obras previstas realizar (algumas não concluídas ou, nem sequer, iniciadas).
3. Discordamos do aumento significativo nas despesas correntes, no que respeita à aquisição de serviços a entidades externas.
4. Divergimos, também, do aumento das despesas com o pessoal em regime de tarefa ou avença e no pessoal com contrato a termo, que aumentaram 54,70% e 422,76%, respetivamente.

Obviamente que determinadas opções/prioridades que se encontram plasmadas nestes documentos previsionais não seriam as nossas.

Pelas razões expostas e em coerência com deliberações anteriores, os eleitos da CDU abstêm-se neste ponto da ordem de trabalhos.»

O senhor vereador Pedro Louro fez a seguinte declaração de voto, em nome do PSD:

«A razão da minha abstenção vai em consonância com aquilo que foi o meu voto no orçamento de 2018, a abstenção e, portanto, mantenho, nada contra propriamente a dizer sobre os documentos.»

3.2 Repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o ano de 2021

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Por forma a dar cumprimento ao n.º 3, do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), na sua atual redação, cada Município através do seu órgão executivo, pode decidir da repartição dos montantes referentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro entre receita corrente e de capital, sendo que a receita corrente não poderá exceder 90% do referido fundo.

De acordo com o n.º 4, do artigo citado os municípios devem de informar anualmente, até 30 de junho do ano anterior ao que respeita o orçamento, qual a percentagem do FEF que deve de ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerada a percentagem de 90%.

Assim, proponho:

1. Que a repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o ano de 2021, seja 70% imputado a receita corrente e 30% imputado a receita de capital.
2. Seja dado conhecimento à Assembleia Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 5 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 2 abstenções da CDU.

Mais foi deliberado dar conhecimento da proposta à assembleia municipal.

O vereador Jorge Giro fez a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«Os vereadores da CDU abstêm-se relativamente a esta matéria, por, simplesmente ser um mero ato de gestão do executivo.»

3.3 Revisão aos documentos previsionais 2020 – 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) de 2020

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«1 - A segunda revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €1.412.048,00 e anulou rubricas no valor de €133.641,00 registando um saldo positivo no valor de €1.278.407,00;

2. A segunda revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €1.819.424,00 e anulou rubricas no valor de €541.017,00 registando um saldo positivo no valor de €1.278.407,00;

3. A segunda revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €985.488,00 que se refletem no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes.

4. O Plano Plurianual de Investimentos procedeu a reforços no valor de €803.988,00, registando um saldo positivo do mesmo valor.

5. As Atividades Mais Relevantes procederam a reforços no valor de €181.500,00, registando um saldo positivo no mesmo valor.

Assim proponho:

1. A aprovação à segunda revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2020:
 - A segunda revisão ao Orçamento da Receita que reforçou rubricas no montante de €1.278.407,00;
 - A segunda revisão ao Orçamento da Despesa que reforçou rubricas no montante de €1.278.407,00;
 - A segunda revisão às Grandes Opções do Plano que reforçou rubricas no montante de €985.488,00, que se reflete no Plano Plurianual de Investimento e nas Atividades Mais Relevantes.
2. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 4 votos a favor (PS e CDS-PP) e 3 abstenções (CDU e PSD).

3.4 Redução do Tarifário do Serviço de Abastecimento de Água e Recolha de Águas Residuais e Resíduos no Concelho de Alcochete

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

Por despacho do presidente de Câmara com o n.º 27, de 23 de março de 2020, posteriormente ratificado por deliberação da câmara de 1 de abril de 2020, foi decidido alterar o tarifário de abastecimento de água e recolha de águas residuais e

resíduos, reduzindo-o em 35% para os consumidores do tipo doméstico e em 30% para o tipo não doméstico, com efeitos a partir do dia 23 de março de 2020.

Esta medida foi tomada tendo em consideração a necessidade de mitigar os impactos da prevenção da epidemia de COVID 19 sobre a população do concelho de Alcochete e a sua economia, apoiando as famílias e o seu bem-estar.

Importa fazer corresponder a esta decisão um prazo balizado no tempo, pelo que, nos termos do disposto nos artigos 23.º, n.ºs 1 e 2, alíneas g), h) e j), 32.º e 33.º, n.º 1, alíneas ee) e qq) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, propõe-se que a redução do tarifário do serviço de abastecimento de água e recolha de águas residuais e resíduos em 35% para os consumidores do tipo doméstico vigore até ao próximo dia 30 de junho de 2020 e a redução de tarifário em 30% para os consumidores do tipo não domésticos vigore até ao dia 31 de agosto de 2020, com efeitos desde o dia 23 de março de 2020.

Termos em que, face aos fundamentos de facto e de direito supra expostos, propõe-se que o órgão colegial executivo do município delibere favoravelmente o seguinte:

Que a redução do tarifário do serviço de abastecimento de água e recolha de águas residuais e resíduos em 35% para os consumidores do tipo doméstico vigore até ao próximo dia 30 de junho de 2020 e a redução de tarifário em 30% para os consumidores do tipo não domésticos vigore até ao dia 31 de agosto de 2020, com efeitos desde o dia 23 de março de 2020.»

Submetida à discussão, o senhor vereador Jorge Giro referiu que a descrição do ponto na Ordem do Dia, deveria começar por “fim da redução”, porque da forma que está, se não se continuar a leitura, fica-se com a ideia que se vai reduzir quando o que se vai deliberar é o fim de algo que ainda existe, mas que vai deixar de existir. Esta medida é também contraproducente à proposta apresentada pelo senhor vereador Pedro Louro, durante o Período Antes da Ordem do Dia. No seu entendimento, ainda é cedo para acabar com esta medida, dado existirem ainda

dezenas de milhares de pessoas em *lay off* e quando o comércio local, que muito dele já reabriu, mas reabriu em condições que ainda necessitam de muita ajuda e toda a ajuda que possa vir será sempre pouca. Quanto às famílias, consumidores domésticos, entende que ainda é cedo para se acabar com esta medida e questionou o seguinte: se as medidas se iniciaram em simultâneo, porque motivo acaba primeiro uma?

O senhor presidente, em resposta ao senhor vereador Jorge Giro, informou que neste momento já está em marcha um desconfinamento e, tendo este em conta, não obstante o facto de haver ainda algumas empresas em *lay off* e algumas pessoas em teletrabalho, o momento já não tem nada a ver com aquilo que acontecia no mês transato, estando por isso convicto que foi realizado um trabalho extraordinário por parte do executivo, sobretudo no período que mediou 23 de março e 30 de junho, onde a larga maioria das pessoas ficaram em casa e por isso o consumo da água foi significativamente maior. As pessoas, tiveram uma redução de 35% do valor total da fatura da água, contudo, isso não pode durar a vida toda, como é obvio, até porque existe aconselhamento por via da própria ERSAR, embora sem fim vinculativo.

De qualquer das formas, esta é também uma receita importante para o município para se poder continuar a desenvolver o bom trabalho que tem vindo a ser preconizado, nas múltiplas áreas de intervenção, mas para o qual é necessário este contributo.

Em sentido inverso, mantêm-se ainda a questão da restauração, porque ao contrário daquilo que aconteceu com os domésticos, esta esteve parada, ou seja, não beneficiaram do uso e a redução de 30% pouca expressão teve para quem não consumiu absolutamente nada. Recordou que muitos restaurantes a 23 de março já estavam fechados, até por iniciativa própria e não ficarão sequer abertos para *take-away*. Agora, que estão a regressar, digamos, à pertença normalidade, necessitam de se sentir apoiados, pelo que, entende não ser justo, no momento em que vão consumir a água, não tenham pelo menos, a janela da oportunidade que as entidades particulares tiveram aquando do confinamento.

O senhor vereador Pedro Louro, mencionou que percebia o fim desta redução e na altura que votou esta medida, não foi crítico, mas afirmou que existiam alguns munícipes que não tinham essa necessidade, porque não tiveram redução do salário mas estavam a usufruir dessa medida. Sabe que a autarquia está sempre sensível para com as pessoas que tenham necessidade de apoio social e há pouco quando apresentou a proposta durante o Período de Antes da Ordem do Dia, era no sentido de alavancar a parte económica dos comerciantes do concelho, incluindo as pessoas que perderam rendimentos e os que tiveram na primeira linha, considerando até, que neste último caso, o mesmo poderá corresponder a um agradecimento por parte de todos os presentes.

Concordou com o prolongamento desta medida aos restaurantes, porque senão estes poderão sentir que afinal o executivo da Câmara não os ajudou em nada.

O senhor presidente referiu que, uma das suas afirmações que sempre utilizou foi, “conosco ninguém fica para trás” e assim, quem tiver dificuldades por qualquer motivo, poderá também solicitar a tarifa social que tem um peso significativo, no que diz respeito ao valor, porque é mais baixo comparativamente ao do cidadão comum. Outra medida adotada foi a de um plano de pagamentos, sempre que se justifique, ou seja, ninguém fica sem água por não ter dinheiro, porém, tem que haver um compromisso de pagamento de um valor que possa ser pago.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares referiu que no período de confinamento se esteve mais tempo em casa, logo consumiu-se mais água, por isso, na altura fez muito sentido a redução da totalidade da fatura da água. Hoje em dia, as pessoas já estão a retomar o trabalho, estão a desconfinar e por isso já não faz muito sentido. Contudo, se houver a necessidade de confinar novamente, obviamente e, com toda a certeza, a porta estará aberta para o executivo voltar atrás com as suas decisões, porque as situações serão avaliadas de acordo com as circunstâncias.

O senhor vereador Jorge Giro mencionou que os fracionamentos relativos à fatura da água sempre existiram e a tarifa social, por aquilo que conhece do regulamento que está em vigor, é aplicada de acordo com os rendimentos do ano anterior e, aí é

que está o problema, ou seja, as pessoas que ficaram com carências económicas em março, abril, maio ou junho, só podem pedir a tarifa social no próximo ano.

O senhor vereador Pedro Lavrado informou que as pessoas para obterem a tarifa social terão que apresentar os comprovativos, assente no ano transato, ou seja, o último IRS e todos os anos têm que fazer prova da sua condição económica.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares salientou que essa situação também acontece nas IPPS para a questão das mensalidades e, obviamente que se refere ao ano anterior, ou seja, em 2021 as pessoas irão beneficiar do corte que teve em 2020. Considera que é a única forma que existe de controlo da situação. Porém, como referido pelo senhor presidente, se alguém tiver necessidade, deverá dirigir-se à câmara e, obviamente, que esta não cortará a água a uma família que ficou desempregada. Encontrar-se-ão outras soluções, como é obvio, porque ninguém fica para trás, contudo, há procedimentos que têm que ser cumpridos.

O senhor vereador Pedro Lavrado mencionou ainda que a continuação destas reduções cria e está a contribuir para um desequilíbrio no sistema daí que a recomendação da ERSAR seja precisamente nesse sentido, ou seja, que estas reduções não se mantenham por mais de dois meses. A câmara já a aplica há mais de dois meses. O desequilíbrio no sistema poderá vir a ficar mais caro no futuro, sabendo-se que não pode ser o município a colocar o dinheiro para tapar esse desequilíbrio, mas sim o sistema e a forma que este tem é o da ERSAR aumentar a tarifa. Portanto, estas reduções, hoje, se não se tiver cuidado, poderão vir a ser caras, por isso é preciso aqui alguma contenção, porque o sistema tem de se suportar a ele mesmo. As despesas têm que ser iguais às receitas, se assim não for, a forma que há para compensar é o de aumentar o tarifário.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 5 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 2 votos contra da CDU.

O senhor vereador Jorge fez a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«Sobre o ponto 3.4 da Ordem de Trabalhos da reunião de câmara ordinária n.º 13, de 17/06/2020 e da análise por nós efetuada, salientamos o seguinte:

1. Embora o país já não se encontre em Estado de Emergência, entendem os vereadores da CDU, que este apoio de redução de 30% do valor da Fatura da Água para os Consumidores Domésticos e de 35% para os Não Domésticos, embora no nosso entendimento, estejam aquém do apoio que a Câmara deveria prestar, ainda assim, tais reduções deveriam permanecer até, pelo menos, ao fim do mês de outubro;
2. Estes mesmos apoios, igualmente permaneceram durante o tempo em que foi decretado o Estado de Calamidade no país;
3. Atualmente, dezenas de milhares de portugueses ainda se encontram na situação de *lay off*, com reduções na sua massa salarial na ordem dos 44%, onde naturalmente muitos municípios também se enquadram neste cenário;
4. Igualmente e, infelizmente, muitos residentes do concelho ficaram privados dos seus postos de trabalho e muito provavelmente ainda aguardam o recebimento das primeiras prestações do subsídio de desemprego;
5. Ainda é muito cedo, para tomar pulso da realidade social e económica de largas dezenas, talvez centenas, dos nossos municípios;
6. O Comércio Local, os que já reabriram os seus estabelecimentos, de forma paulatina ainda estão a reequilibrasse financeiramente.
7. Tanto as pessoas individuais como as pessoas coletivas, tinham neste apoio da câmara municipal, embora insuficiente, um apoio, percentualmente, quase equivalente à redução do seu salário;
8. A partir do 1 de julho, os Consumidores Domésticos verão a sua câmara municipal contribuir para a adiamento da sua estabilidade social e económica;

9. Por fim, esta redução dos tarifários, além de percentualmente insuficiente, também se verificou ser de curta duração. Cerca de 3 meses para os Domésticos e de 5 meses para os Não Domésticos;
10. Pelos motivos supra assinalados, os vereadores da CDU votaram contra o término das reduções do valor da Fatura da Água, em 30 de junho para os Consumidores Domésticos e de 31 de agosto para os Consumidores Não Domésticos.»

3.5 Apoio de Tesouraria no âmbito do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo – Forcados Amadores de Alcochete

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A pandemia causada pelo SARS-CoV-2, que não conhece fronteiras e colocou o mundo em estado de alerta, obrigou a alterações à ordem social por via das decisões tomadas para a proteção da Humanidade, revelando-se como um dos nossos maiores desafios, com enormes consequências económicas e sociais, para além das irreversíveis perdas humanas.

Num momento de particular exigência para toda a sociedade, o Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que, há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades de tesouraria que este surto epidemiológico provocou.

Depois de verificado um *deficit* de tesouraria (conforme documentos em anexo) de €2.907,00€ (dois mil, novecentos e sete euros), propõe-se que a Câmara Municipal

delibere conceder um apoio financeiro máximo do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.500,00 € (mil e quinhentos euros), aos Forcados Amadores de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar os Documentos, como **Doc. 2**.

Não votou o vereador Vasco Pinto, ao abrigo da alínea a), do artigo 69.º do CPA.

3.6 Apoio de Tesouraria no âmbito do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo – Aposento do Barrete Verde

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A pandemia causada pelo SARS-CoV-2, que não conhece fronteiras e colocou o mundo em estado de alerta, obrigou a alterações à ordem social por via das decisões tomadas para a proteção da Humanidade, revelando-se como um dos nossos maiores desafios, com enormes consequências económicas e sociais, para além das irreversíveis perdas humanas.

Num momento de particular exigência para toda a sociedade, o Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades de tesouraria que este surto epidemiológico provocou.

Depois de verificado um deficit de tesouraria (conforme documentos em anexo) de €7.160,00 (sete mil, cento e sessenta euros), propõe-se que a Câmara Municipal

delibere conceder um apoio financeiro máximo do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), ao Aposento do Barrete Verde de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade bem como anexar os Documentos, como **Doc. 3**.

Não votou o presidente da câmara, ao abrigo da alínea a) do artigo 69.º do CPA.

3.7 Apoio de Tesouraria no âmbito do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo – Núcleo Sportinguista do Concelho de Alcochete

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A pandemia causada pelo SARS-CoV-2, que não conhece fronteiras e colocou o mundo em estado de alerta, obrigou a alterações à ordem social por via das decisões tomadas para a proteção da Humanidade, revelando-se como um dos nossos maiores desafios, com enormes consequências económicas e sociais, para além das irreversíveis perdas humanas.

Num momento de particular exigência para toda a sociedade, o Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades de tesouraria que este surto epidemiológico provocou.

Depois de verificado um deficit de tesouraria mensal (conforme documentos em anexo) de €1.580,00 (mil, quinhentos e oitenta euros), propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro máximo do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), ao Núcleo Sportinguista do Concelho de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar os Documentos, como **Doc. 4**.

3.8 Projeto de Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Samouco

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando:

1. Em reunião de Câmara de 30/10/2019, foi aprovada a Fase 1 do Projeto de Execução referente à Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Samouco;
2. Da revisão efetuada ao Projeto de Execução de Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Samouco, resultou uma retificação da estimativa orçamental com um acréscimo de €2.058,65, sendo que a estimativa anterior era de €1.090.026,06 (valor base sem IVA) e a final, após revisão, é de €1.092.084,71.

Propõe-se que:

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara

Municipal de Alcochete delibere aprovar a estimativa orçamental no valor de €1.092.084,71 (valor base sem IVA) sendo o prazo previsto da empreitada de 8 meses.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

3.9 Projeto de Construção de Ciclovia e Requalificação da avenida 5 de Outubro e Canto do Pinheiro (Troço do Percorso 1 da Rede Ciclável) – Versão Final

O assunto foi retirado da Ordem do Dia para posterior deliberação.

3.10 Reabilitação e Ampliação da EB1 n.º 2 do Valbom – Proc.º I-23/18 - Prazo de execução de trabalhos complementares e pedido de reposição de equilíbrio financeiro

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

A empreitada de “Reabilitação e Ampliação da EB1 n.º 2 – Escola do Valbom”, Processo I-23/18, adjudicada à empresa EXTRACO – *Construccions e Proxectos*, S.A., pelo valor de €1.850.159,04 + IVA, foi consignada a 19 de agosto de 2019, com o prazo de execução fixado em 270 dias, correspondendo a data de conclusão ao dia 15 de maio de 2020.

Em reunião de Câmara de 08 de janeiro de 2020, foi aprovada a proposta de autorização da despesa de €124.776,98 + IVA referente à execução de trabalhos complementares e respetiva prorrogação do prazo da obra em mais 20 dias,

remetendo o seu término para o dia 04 de junho de 2020. Estas deliberações foram objeto de reforma na reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2020 e o empreiteiro foi notificado da ordem de execução dos trabalhos complementares em 04 de março de 2020.

A 12 de março de 2020 o empreiteiro formalizou junto do Município a sua discordância quanto à quantificação do prazo de execução dos trabalhos complementares, considerando para o efeito 58 dias. Ou seja, mais 38 dias além dos anteriormente estipulados.

Entretanto, em 26 de maio de 2020, o empreiteiro apresentou um pedido de reposição do equilíbrio financeiro da empreitada, sustentado naquela ordem de execução de trabalhos complementares e nos custos que dela se alega resultarem, em função do prolongamento do estaleiro. Em síntese, reclama-se o pagamento de uma compensação no valor de €42.201,96, determinada com base em cálculos proporcionais e deduções percentuais, assentes numa análise comparativa entre o prazo de execução inicial e a prorrogação considerada (de 58 dias).

Na proposta inicial do empreiteiro referente à valorização e quantificação dos trabalhos complementares, não foi mencionado o rendimento inerente à execução do incremento de armaduras nos elementos de betão armado. Esse fator (embora tenha sido indicado posteriormente), condiciona de forma significativa o plano global dos trabalhos, uma vez que corresponde a atividades críticas (interdependência de tarefas).

O referido acréscimo de prazo, foi ponderado e analisado nas reuniões de obra em conjunto com a fiscalização e entidade executante, considerando-se correto face ao volume de trabalhos e rendimentos apresentados – e justificado, nos termos dos artigos 373.º e 374.º do CCP.

Relativamente à suscitada reposição do equilíbrio financeiro, verifica-se que: (i) à parte de juízos matemáticos abstratos, o empreiteiro não alega (e, por isso, não demonstra) qualquer facto concreto do qual resulte a evidência de um dano, também

concreto e efetivo, suscetível de reparação – o que se afigura pressuposto necessário do conjeturado dever de indemnização; aliás, ainda que fazendo uso do raciocínio abstrato que se apresenta, não será sequer plausível considerar que o estaleiro, enquanto unidade, tenha um custo diluível no tempo, com a proporção linear que se invoca; (ii) sem prejuízo do referido, tendo por fundamento a ordem de execução de trabalhos complementares, notificada em 04-03-2020, a reclamação (datada de 26-05-2020) é formalmente apresentada fora do prazo de 30 dias, fixado no artigo 354.º/2 do CCP, pelo que se mostra caducado o direito que se pretende exercer.

Pelas razões, materiais e formais, assim expostas, considera-se que a reclamação formulada não deve ser atendida.

Propõe-se que:

- a) Seja aprovada a presente modificação objetiva ao contrato, no que concerne ao prazo de execução dos trabalhos complementares, que assim passam a fazer parte integrante do contrato de empreitada (artigo 373.º do CCP);
- b) Seja aprovada a prorrogação do prazo de execução da obra em mais 38 dias (perfazendo um total de 58 dias), remetendo para um plano de trabalhos ajustado, fixando o término da obra para o dia 11 de julho de 2020;
- c) Seja indeferido o pedido de reposição do equilíbrio financeiro do contrato;
- d) Seja notificado o empreiteiro das decisões.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4. Apoios financeiros

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

- Aposento do Barrete verde

«O Aposento do Barrete Verde fundado a 20 de agosto, constitui-se como uma Agremiação Regionalista de valor ímpar na cultura das gentes de Alcochete, preservando e mantendo vivas as tradições locais.

Esta agremiação antecipou valores/pagamentos relativos à prestação de serviços no âmbito das tradicionais Festas do Barrete Verde e Salinas, edição 2020, que viria a ser adiada devido à situação pandémica que assolou o país, serviços que ficarão assegurados para o próximo ano.

Depois de verificadas as despesas, no valor de €5.000,00 (cinco mil euros), conforme documento anexo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere atribuir a restituição do valor em causa, através da concessão de um apoio financeiro, correspondente a 100% do valor despendido.

Tendo em conta os considerandos anteriores, propõe-se a atribuição de €5.000,00 (cinco mil euros) ao Aposento do Barrete Verde.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o Documento, como **Doc. 5**.

Não votou o presidente da câmara, ao abrigo da alínea a) do artigo 69.º do CPA.

5. Informações

Não foram apresentadas informações.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 21:30 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.